

PERSPECTIVAS

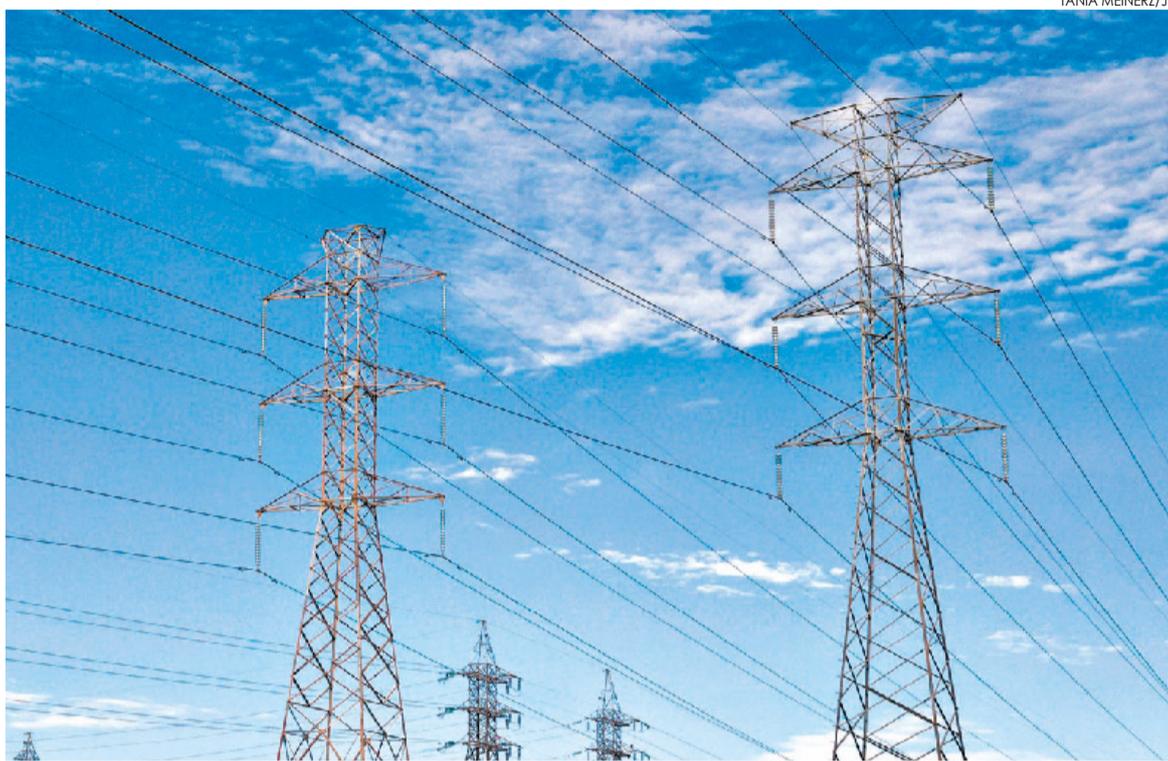
KPMG lista 10 tendências para infraestrutura

Em 2024 deve haver mais progresso e adoção de inovação em infraestrutura, especialmente em setores críticos, como energia e infraestrutura urbana. Também a quantidade de capital filantrópico alocada para o desenvolvimento de infraestrutura está aumentando e o magnetismo dos centros urbanos está se dispersando. Ao mesmo tempo, parece haver um contínuo deslocamento em direção à descentralização da infraestrutura. Essas são algumas das perspectivas do relatório “Tendências Emergentes em Infraestrutura em 2024 – Possibilitando transições” produzido pelos líderes de infraestrutura da KPMG em diversos países e territórios.

“A infraestrutura é fundamental para catalisar o crescimento econômico e facilitar o comércio. Para tanto, será necessária uma mudança nos mecanismos de financiamento, inovação nos regimes regulatórios, novas técnicas de construção, muita flexibilidade e criatividade”, diz Leonardo Giusti, sócio-líder de Infraestrutura, Governo e Saúde da KPMG no Brasil.

O conteúdo da KPMG aponta dez tendências dos novos caminhos nas áreas de atuação do setor de infraestrutura:

1 - Foco mais amplo para a transição justa: o maior desafio consistirá em garantir que o investimento, o desenvolvimento e os resultados de sustentabilidade sejam distribuídos equitativamente entre os mercados desenvolvidos e emergentes.



TÂNIA MEINERZ/JC

Mais progresso e adoção de inovação especialmente em setores críticos, como o de energia, são destaques

2 - Virada geopolítica: atores e investidores em infraestrutura devem se concentrar em encontrar maneiras de medir, gerenciar e mitigar os riscos acarretados pelas incertezas geopolíticas e econômicas.

3 - Aumento do capital filantrópico: os investidores filantrópicos estão usando uma força financeira e expectativas de retorno diferentes para ajudar os bancos de desenvolvimento multilaterais (MDBs) a atrair mais capital do setor privado para seus projetos, com o uso de formas de ‘financiamento misto’.

4 - Rumo à “malha de infraestrutura”: o magnetismo dos centros urbanos está se dis-

persando. O mundo será fundamentalmente diferente para planejadores e investidores em infraestrutura que terão o desafio de criar mecanismos de desenvolvimento que conversem com essa nova dinâmica nos seus projetos.

5 - Contratação de tecnologia: considerando maior demanda tecnológica por parte de governos e instituições internacionais, haverá mais progresso e adoção de inovação em infraestrutura, especialmente em setores críticos, como energia, ambiente construído e infraestrutura urbana.

6 - Impulso à transmissão de energia: na busca por um ca-

minho para a emissão zero de carbono (net zero), espera-se que os investidores aumentem a pressão por meio da alocação de capital, como também que os órgãos reguladores atuem mais em cobranças de progresso nessa área. Há expectativas sobre a criação de programas inovadores por parte das instituições globais que incentivem o capital para a transição energética nos mercados emergentes.

7 - Reforma do escopo regulatório: com a definição de temas como segurança cibernética, resiliência, descarbonização, financiamento e inovação para o âmbito dos reguladores, acredita-se que debates trarão expan-

são a essas capacidades regulatórias e alcancem o auge em muitos mercados.

8 - Ceder sem quebrar: os desenvolvedores de infraestrutura adotarão soluções baseadas na natureza em vez de insistirem no uso do concreto. Isso está ganhando destaque devido ao crescente corpo de evidências que sugere sua eficácia, sustentabilidade e acessibilidade superiores em relação à tradicional “infraestrutura cinza”.

9 - Corrida pelo crescimento sustentável: os formuladores de políticas e líderes devem perceber que o crescimento sustentável equitativo, distribuído de maneira uniforme, é a solução para muitos problemas. Isso exige um trabalho de colaboração entre as nações, ainda que, no momento, muitos países optem pela prática de proteção nacional.

10 - A próxima fronteira: a tendência é que governos e planejadores de infraestrutura passem a atribuir maior ênfase à criação de flexibilidade em seus designs, estando assim prontos para o recebimento de novas tecnologias disruptivas sem maiores impactos internos.

“Precisamos mudar a maneira como planejamos, financiamos, desenvolvemos e operamos nossa infraestrutura, pois ela é a base da renovação urbana, estabelece os fundamentos para a transformação digital e pode contribuir para a equidade social”, afirma Tatiana Gruenbaum, sócia-diretora líder do segmento de Infraestrutura da KPMG no Brasil.

OPINIÃO

A urgência do desassoreamento de hidrovias para a economia estadual

Kayo Soares

CEO da Arvut, consultoria em meio ambiente, saúde e segurança

Após as enchentes históricas que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, há intensos debates sobre medidas preventivas e de reconstrução para mitigar futuros impactos. Um dos principais focos atuais é o assoreamento dos rios, que exacerbou os efeitos das enchentes e requer atenção urgente.

O assoreamento resultante do desastre climático registrado no Estado é preocupante

não apenas pela sua relação com os eventos catastróficos, mas também pela sua influência crucial na hidrovía que conecta a região metropolitana de Porto Alegre ao Porto do Rio Grande.

Esta hidrovía representa um importante ativo econômico para o Estado, oferecendo um transporte mais seguro, menos poluente e ambientalmente vantajoso em comparação com o modal rodoviário.

As fortes chuvas depositaram grandes quantidades de solo, lixo e areia nos rios,

Guaiíba e Lagoa dos Patos, afetando os canais de navegação com assoreamento. Durante as enchentes, os níveis elevados das águas compensaram a redução de profundidade causada pelo assoreamento.

No entanto, quando os níveis baixarem, o assoreamento pode diminuir o calado dos canais, dificultando a navegação e impactando severamente as empresas que dependem da hidrovía para transporte de matéria-prima e produtos acabados.

Essas empresas, cujas ope-

rações e cadeias de suprimentos são estruturadas em torno do uso da hidrovía, enfrentarão aumento de custos e menor competitividade se forem forçadas a recorrer predominantemente ao transporte rodoviário. Isso não só sobrecarregará as rodovias, mas também prejudicará a economia, a geração de empregos e a retomada econômica do Rio Grande do Sul.

Portanto, é crucial integrar a manutenção e desassoreamento das hidrovias como parte essencial dos esforços de reconstrução. Investir na recu-

peração e na capacidade operacional das hidrovias não deve ser adiado, pois é fundamental para sustentar a economia regional e garantir a competitividade das empresas locais no cenário pós-desastre.

Este enfoque não apenas ajuda a mitigar os impactos das enchentes futuras, mas também fortalece a infraestrutura essencial para a recuperação econômica sustentável do Estado, beneficiando diretamente as pessoas e os negócios que dependem dessas vias navegáveis.